

50 ANOS DE ESTUDOS SOBRE A ENUNCIACÃO NA SEMIÓTICA BRASILEIRA

50 YEARS OF THE ENUNCIATION STUDIES IN BRAZILIAN SEMIOTICS

Jose Luiz FIORIN^{1*}

Pode-se narrar o tempo, o próprio tempo, o tempo como tal e em si?

Thomas Mann. *A montanha mágica*.

Onde agora? Quando agora? Quem agora? Sem me perguntar. Dizer eu. Sem pensar. Chamar isso de perguntas, hipóteses. Ir adiante, chamar isso de ir, chamar isso de adiante.

Samuel Beckett. *O inominável*

Resumo: Este artigo tem a finalidade de historiar as contribuições teóricas da semiótica brasileira à teoria da enunciação proposta por Greimas. Em 1974, foi publicado, na revista *Significação*, um texto de Greimas, em que ele estabelece a postura epistemológica para a constituição de uma teoria da enunciação. Depois de resenhar esse trabalho, são mostradas as contribuições teóricas feitas por pesquisadores brasileiros a essa teoria: análise da enunciação como o lugar de conexão do que foi chamado análise interna e análise externa; desenvolvimento do sistema de projeções da enunciação no enunciado e da gramática sócio-semiótica que preside às relações entre enunciador e enunciatário; estudo da construção dos atores da enunciação, por meio de recorrências, que criam um efeito de individualidade do discurso.

Palavras-chave: Análise interna. Análise externa. Debreagem. Embreagem. Éthos. Estilo.

¹ Professor aposentado da USP – Universidade de São Paulo. E-mail: jolufi@usp.br

Abstract: This paper traces the history of theoretical contributions from semiotic studies in Brazil to Greimas's theory of enunciation. In 1974, the journal *Significação* published an article by Greimas that establishes the epistemological frame for a theory of enunciation. Following a review of his article, this paper presents the theoretical contributions from Brazilian researchers to his theory: the analysis of enunciation as the locus of connection between the so-called internal and external analyses; development of the system of projections of enunciation onto the utterance; development of the sociosemiotic grammar that governs the relationship between enunciator and enunciatee; research on the construction of enunciation actors, by means of recurrences, that lead to an effect of individuality in discourse.

Keywords: Internal analysis. External analysis. Shifting in. Shifting out. Éthos. Style.

| Primeiras reflexões de Greimas sobre a enunciação.

No curso ministrado por Greimas em Ribeirão Preto, em 1973², Edward Lopes e Ignacio Assis da Silva entregam a ele, por escrito, algumas questões concernentes à passagem do nível da enunciação ao do enunciado. Numa das aulas, Greimas responde-as, fazendo reflexões sobre a questão da enunciação. Sua aula foi gravada, transcrita e publicada no primeiro número da revista *Significação*, com o título "L'énonciation (une posture épistémologique)" (1974).

Trata-se talvez das primeiras reflexões de Greimas sobre o tema, já que as posições mais elaboradas sobre a matéria, que aparecem no *Dicionário I*, vêm à luz em 1979, enquanto as ponderações a respeito do problema da veridicção serão publicadas no artigo "Le contrat de véridiction" (1983, p. 103-113), divulgado pela primeira vez, em 1980, na revista *Man and World* (1983, p. 103) e, em 1983, em *Du sens II*.

Nesse texto, Greimas começa por definir enunciado: "o que é dito ou escrito, o que é comunicado"; "o encadeamento sintagmático que transcende, ultrapassa as dimensões da frase e que compreende, portanto, o discurso enquanto enunciado" (1974, p. 9). O enunciado pressupõe a enunciação; esta implica um sujeito que enuncia. A enunciação também se enuncia: Eu digo que estou doente. Nesse caso, há um sujeito, um verbo e um objeto. Só se pode analisar a enunciação na medida em que é enunciada. Nesse caso, a enunciação é um enunciado em que apenas o actante objeto é manifestado. Conhecendo um dos elementos do enunciado, podem-se deduzir os outros elementos desse enunciado, que é a enunciação.

O sujeito da enunciação não é um sujeito ontológico, porque, nesse caso, a linguística operaria com um referente exterior à linguagem, o que desrespeitaria o princípio

² Algumas passagens deste texto foram publicadas em outros textos que tratavam da enunciação. Retomamo-los para publicar esta história dos estudos enunciativos no Brasil. Cf. Fiorin (1996, 2004b, 2016, 2020).

da imanência e conduziria a estudar a psicologia do autor real ou sua biografia. Isso significaria abolir o objeto da linguística. O texto é a única realidade de que se ocupa a ciência da linguagem. A linguística, ao contrário do que defendem alguns semioticistas idealistas, não pretende que a realidade não exista. No entanto, não opera com ela, pois a ordem da linguagem não é homóloga à ordem do mundo, já que a linguagem fala do que existe, mas também do que nunca existiu.

A enunciação, mesmo quando se enuncia, é pressuposta pelo enunciado. Há sempre um eu que enuncia "(Eu digo) Eu digo que a epidemia de covid-19 mudou a forma como se vê o mundo". Há dois tipos de enunciados: a) enunciado constativo ou descritivo: "A Terra é redonda"; b) enunciado que é uma enunciação enunciada: "Eu digo que a Terra é redonda". O sujeito da enunciação pressuposta (a enunciação em si, que alguns semioticistas hoje pretendem estudar) é inapreensível. O enunciador enunciado no discurso não é o sujeito real da enunciação, mas um simulacro dele.

Em suas perguntas, Edward Lopes e Ignacio Assis da Silva perguntam se a relação entre enunciado e enunciação é uma relação metafórica. Greimas mostra que a conexão entre eles é de todo (enunciação) e parte (enunciado) e, portanto, eles teriam um vínculo metonímico. Entretanto, Greimas prefere não falar em relação metonímica, mas em liame hipotácico entre eles, pois esse termo indica uma relação de subordinação entre esses dois níveis.

A enunciação enunciada revela toda uma estrutura actancial. Assim, o sujeito da enunciação não é apenas um sujeito produtor de enunciados, mas é também o destinatário de um saber endereçado a um destinatário, que tem uma competência. Há, portanto, dois percursos na enunciação: o da produção e o da comunicação. Greimas ainda não afirma que o sujeito da enunciação é constituído do enunciador e do enunciatário. Aliás, o termo enunciatário sequer aparece no texto.

A enunciação é o lugar das embreagens, que são de três ordens: actanciais, espaciais e temporais. O conceito ainda é confuso, pois Greimas diz que uma embreagem actancial ocorre quando o sujeito da enunciação implícito enuncia um "ele" que fala no discurso enunciado (1974, p. 18), mas também quando o "eu" se enuncia, pois o "eu" enunciado é diferente do "eu" da enunciação (1974, p. 18). Não há ainda o conceito de debreagem. Para Greimas, seria preciso "estabelecer um sistema de embreagem com uma justificativa semântica adequada" (1974, p. 18). O "ele" é o que caracteriza a linguagem humana, ou seja, a possibilidade de formular "sujeitos sem relação com a situação da mensagem e com o sujeito da enunciação, como actantes exteriores, e depois dizer qualquer coisa sobre o mundo, o que os animais são incapazes de fazer" (1974, p. 19). Do ponto de vista da criatividade, o "ele" "é talvez, ao lado do cavalo, uma das grandes conquistas do mundo" (1974, p. 19). A embreagem espacial opera com um "aqui" e um "lá" e com um "alhores". A temporal, com um "agora" e um "então". Sistemas temporais e espaciais independentes podem ser construídos a partir do "alhores" e do "então".

Há elementos que estão ligados à enunciação e outros, ao enunciado. Tome-se, por exemplo, a qualificação. Os adjetivos podem ser subjetivos, relacionados ao sujeito e, portanto, à enunciação (por exemplo, “largo” e “estreito”), ou objetivos, isto é, não vinculados aos valores do sujeito (tais como, “municipal”, “estadual” e “nacional”).

A enunciação é também, para Greimas, o lugar da veridicção. Uma afirmação como “A terra é redonda” assevera “(É verdade que) a Terra é redonda”. Estabelece-se entre enunciador e enunciatário um contrato enunciativo pelo qual o enunciador transmite uma mensagem e, ao mesmo tempo, seu grau de verdade. Um enunciado em terceira pessoa apresenta uma perspectiva objetivante de ver o mundo. O contrato enunciativo pode também mostrar os graus de mentira ou de segredo.

Uma gramática sócio-semiótica complexa preside às relações entre enunciador e enunciatário, pois são diferentes as maneiras de dirigir-se a um superior ou a um inferior, a um homem ou a uma mulher, a um jovem ou a um velho, a um conhecido ou a um estranho e assim por diante. Falamos a um papel social. Conotações sociais são manifestadas no discurso e é nele que podemos estudá-las.

O discurso é o campo de experiência privilegiada do que é implícito na linguagem: conotações sociais; grau de veridicção, que depende de um referente interno; sujeito da enunciação, etc. “A enunciação é interessante nos limites que demarquei, isto é, desde que seja uma problemática situada no texto, extrapolada (pressuposta logicamente a partir do texto) de acordo com os pressupostos lógicos a partir do texto” (1974, p. 24). No momento em que se introduz o sujeito na semiótica, é preciso que ele seja um “sujeito lógico pressuposto”, pois desde que ele seja considerado “sujeito psicológico, sujeito ontológico, sujeito transcendental, os senhores abrirão as torneiras de qualquer coisa que os ultrapassará. A semiótica será então destruída” (1974, p. 25).

Greimas termina o texto com uma fórmula que ficou célebre: “Fora do texto não há salvação. Todo o texto, nada senão o texto e nada fora do texto” (1974, p. 25).

Observe-se que, nesse texto, estão delineadas as tarefas da semiótica referentes à enunciação. Em primeiro lugar e este é o elemento principal do texto, seu estudo seria estabelecido rigorosamente sobre o princípio da imanência. Se assim não fosse, a semiótica seria uma psicologia, uma sociologia, uma antropologia. Sua unidade de análise é o texto. Em segundo lugar, estão esboçados os elementos que precisam ser estudados: os sistemas actancial, espacial e temporal, as relações entre enunciador e enunciatário, a questão da veridicção, as perspectivas objetivante e subjetivante dos modos de enunciar e os percursos da produção e da comunicação do ato enunciativo.

A enunciação foi talvez o tópico em que mais houve contribuições teóricas da semiótica brasileira.

| Lugar de conexão entre discurso e contexto sócio-histórico

A primeira contribuição a assinalar é de Diana Luz Pessoa de Barros. Em 1985, ela fez concurso de livre-docência na Universidade de São Paulo. Nele, apresentou a tese *A festa do discurso. Teoria do discurso e análise de redações de vestibulandos*. Essa tese nunca foi publicada integralmente. Tem ela dois tomos: o primeiro é teórico, tem a finalidade de apresentar uma visão de conjunto da teoria semiótica e de contribuir para o seu desenvolvimento; o segundo analisa redações de vestibular. Só o primeiro volume foi editado, com o nome de *Teoria do Discurso. Fundamentos semióticos* (1988).

Nele, há diversas contribuições para o avanço da semiótica, especialmente no delineamento de uma sintaxe do discurso, principalmente no que diz respeito ao estudo das relações entre enunciador e enunciatário; no estabelecimento dos percursos e configurações das paixões; no exame da coerência textual, etc. No entanto, sua principal contribuição teórica é o exame das relações entre discurso e contexto sócio-histórico, ou seja, uma proposta de integração do que era chamado análise interna e análise externa. Isso era, na época, uma proposta inovadora, pois, nos círculos semióticos, tinha-se uma ideia um tanto quanto redutora do princípio de imanência e, portanto, só a análise interna tinha lugar. Aliás, é inovadora até hoje em termos de semiótica no mundo.

A proposta de Diana Luz Pessoa de Barros não viola o princípio da imanência. Ela propõe que essa integração se dá por meio da enunciação, que não seria apenas uma instância de mediação entre as estruturas narrativas e as estruturas discursivas, mas também entre o discurso e o contexto sócio-histórico de sua produção e de sua recepção. A questão central da tese é, portanto, a proposta de desenvolvimento de uma teoria do discurso capaz de conciliar a análise do texto, como sistema de regras capazes de explicar sua organização imanente – uma abordagem interna –, com o exame da inserção contextual do texto – uma abordagem externa.

A pesquisadora começa a apresentação de sua proposta pela análise das estruturas narrativas e discursivas da enunciação. Os papéis temáticos de enunciador e de enunciatário constituem uma espécie de neutralização de dois percursos temáticos da configuração “enunciação”: o percurso da produção e o da comunicação. Os papéis de enunciador e de enunciatário, aquele que comunica e aquele que recebe e interpreta a comunicação, estão no percurso da comunicação, enquanto o de sujeito da enunciação, aquele que produz o enunciado, sincretismo de enunciador e de enunciatário, está no percurso da produção. Depois de analisar minuciosamente esses esquemas narrativos e seu revestimento discursivo, Diana Luz Pessoa de Barros conclui que é a semântica discursiva o lugar, por excelência, em que “a enunciação e as formações ideológicas que a sustentam mostram-se na escolha dos percursos figurativos e temáticos e nas relações metafóricas e metonímicas que unem as várias isotopias” (1985, I, p. 225).

A enunciação, ao criar o enunciado, institui também o enunciador e o enunciatório. Esses dois papéis temáticos, sincretizados no sujeito da enunciação, produzem o discurso-objeto e, por meio dele, podemos refazer a imagem do fabricante e da fabricação (1985, I, p. 229).

No entanto, a análise interna, capaz de recompor a competência modal e a performance do sujeito da enunciação e de fornecer indicações sobre os valores, não é suficiente para determinar, realmente, os valores de que o discurso é suporte e veículo. O sujeito da enunciação recebe-os de um destinador-manipulador e, portanto, sua definição depende de informações sobre esse destinador-manipulador de que provém. Esse destinador determina as condições de produção e de recepção dos textos. Ele é a origem dos valores do sujeito da enunciação, sendo, portanto, um destinador sócio-histórico (ou psico-sócio-histórico). A autora considera o produtor e o receptor-interpretante fonte e destino dos valores do discurso (1985, I, p. 235). "Determinar os destinadores do sujeito da enunciação corresponde a inserir o texto no contexto de uma ou mais formações ideológicas, que lhe atribuem, no fim das contas, o sentido" (1985, I, p. 231). O desdobramento polêmico da narrativa, em percurso do sujeito e do antissujeito, permite situar e esclarecer os confrontos sociais em que se assentam os discursos. Sempre há por trás do enunciado uma ou mais formações ideológicas, que é preciso determinar.

Não se trata, como esclarece Diana Luz Pessoa de Barros, de analisar o sujeito ontológico, mas de "refazer os caminhos narrativos do destinador-manipulador e do destinador-julgador, assim como os percursos temáticos de produtor e de receptor-interpretante, pelo recurso aos textos que formam o contexto do discurso em questão" (1985, I, p. 232). O problema do contexto é pensado em termos de relações intertextuais. O contexto é sempre discursivo, não se confunde com o "mundo das coisas". Verifica-se assim que a autora respeita o princípio de imanência.

O contexto é um texto maior, uma totalidade de significação, em cujo interior cada texto ganha sentido. "O sentido do texto depende do sentido do texto-contexto em que se integra" (1985, I, p. 233). Em última instância, a cultura é um macrotexto que dá sentido aos diferentes textos. Entretanto, a análise semiótica de um texto não precisa reconstruir toda a cultura, mas deve determinar suas relações intertextuais mais evidentes. Trata-se de uma intertextualidade contextual. A intertextualidade é, pois, a relação dos textos que constituem o contexto com o texto objeto de análise. "A análise de outros textos do discurso em exame faz aceder aos fatores sócio-históricos constitutivos da enunciação" (1985, I, p. 234).

As dificuldades para realizar esse trabalho são a delimitação do contexto a ser estudado e a possibilidade de perder-se no macrotexto da cultura ou na diversidade de posições teóricas divergentes para explicar fatos da história ou da ideologia.

Diana Pessoa de Barros enfrenta essas duas dificuldades. A primeira é a questão da delimitação do contexto. Sem uma seleção desses discursos contextuais, a análise

seria impossível. Evidentemente, recortes diferentes podem ser obtidos e um mesmo discurso pode ser lido em contextos diferentes. A verdade, porém, é que os textos fornecem pistas para sua inserção contextual (1985, I, p. 235), o que significa que o texto pode ser inserido em contextos diversos, que, no entanto, são em número limitado.

A pesquisadora distingue três tipos de contexto. O primeiro, mais imediato, chamado *contexto situacional*, é constituído por textos claramente metalinguísticos, em relação ao texto que contextualizam. Tomam o texto em análise como objeto de sua metalinguagem natural ou científica.

Esse tipo de contexto caracteriza a situação de enunciação espacialmente e temporalmente, servindo para localizar, no tempo e no espaço, o produtor e o receptor e, a partir daí, o sujeito da enunciação. Determina o que o enunciador pensa de seu discurso, do enunciatário, dos objetivos da produção, do ato de produzir, assim como as razões que levaram à fabricação do texto – cumprir uma tarefa escolar, ser aprovado no vestibular, ser reconhecido pela crítica, cumprir uma obrigação acadêmica, mostrar altos objetivos patrióticos ou preocupação com o desenvolvimento da ciência, e assim por diante (1985, I, p. 236).

Nesse contexto, entram todos os paratextos e textos assemelhados (entrevistas, prefácios, posfácios, introduções, texto críticos, traduções, comentários, propostas de redação, etc.).

O segundo tipo de contexto é denominado *contexto interno*. Ele destina-se a reconstituir o caráter idioletoal do texto, ou seja, determina os elementos ideológicos e linguísticos que caracterizam o sujeito da enunciação (1985, I, p. 236). Um exemplo é a relação de um romance com os demais romances do mesmo autor.

O terceiro tipo é o *contexto externo*, que indica os valores que o sujeito da enunciação manipula, sejam eles de classe, de época, de cultura (1985, I, p. 237).

A extensão desse contexto é grande e fronteiras são estabelecidas com critérios diversificados: de tempo, em “o romance da década de 70”, de espaço, em “a literatura do Nordeste”, de tempo e espaço, em “a literatura brasileira no início do século”, de tema, de grupo profissional e muitos outros (1985, I, p. 237).

O texto fornece indicações de todos esses contextos, principalmente no nível discursivo, bem como ao repetir, simular ou atacar outros discursos.

O denominador comum que permite caracterizar o sujeito da enunciação do ponto de vista sócio-histórico, a que se acrescentam as outras determinações contextuais, é a classe ou fração de classe a que pertencem o produtor e o receptor do texto (1985, I, p. 237).

A autora vai então definir o que é classe social. Para ela, não interessam as concepções economicistas de classe social, ou seja, “aquelas que consideram as classes sociais determinadas apenas pelas relações econômicas, por ser essa definição de classe muito pobre para caracterizar o produtor e o receptor do discurso” (1985, I, p. 238). Adota a definição de classe dada por Poulantzas como o efeito de um conjunto de estruturas e de suas relações no nível econômico, político e ideológico. A classe pode ser identificada em qualquer nível, embora sua definição se reporte ao conjunto dos níveis (1985, I, p. 240). Como se vê, a autora adota uma definição marxista, porém não economicista de classe social.

Se as classes são “efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais”, como diz Poulantzas, “podem-se conceber o produtor e o receptor do sujeito da enunciação como suportes dessa teia de relações econômicas, políticas e ideológicas, cuja determinação permite inscrever o discurso no contexto sócio-histórico de produção e de recepção” (1985, I, p. 242). A apreensão das relações sociais e das estruturas que a definem se faz por meio de textos, pelo recurso à intertextualidade. Insiste-se no fato de que a autora não abandona o princípio de imanência, característica básica da semiótica.

Em seguida, Diana Pessoa de Barros vai definir o que é ideologia. Não adota a concepção de Marx de que a ideologia é falsa consciência, mas a de Gramsci de que a ideologia é visão de mundo.

Uma visão de mundo é um sistema de valores que define regras e normas de conduta social. Define-se em relação às classes sociais e suas práticas, pois cada visão de mundo diz respeito a um dado grupo, cujos membros compartilham os mesmos valores, pensam e agem de maneira semelhante. Evidentemente, a ideologia dominante, que é a da classe dominante, tem a função de ocultamento e dissimulação. No entanto, adotar a ideologia como visão de mundo permite mostrar que há diferentes saberes e modos de pensar relacionados às diversas classes e reconhecer contradições na maneira de ver o mundo.

Embora a língua reflita esses diversos valores, é no discurso que se instalam as posições ideológicas distintas. O texto é o lugar primordial em que se organizam procedimentos que permitem recriar o mundo, mostrando outras verdades e, assim, é o lugar em que a originalidade e a criatividade se deixam ver de forma mais evidente.

À pergunta se a semiótica brasileira reproduzia a semiótica francesa ou tinha uma contribuição original para ela, pode-se responder que, além de contribuições teóricas para o desenvolvimento do modelo (por exemplo, tudo o que diz respeito às paixões e à sintaxe e à semântica do discurso), há uma característica que distingue a semiótica brasileira da semiótica francesa: a preocupação das relações entre o discurso e o contexto sócio-histórico. Isso foi algo que os franceses puseram entre parênteses numa compreensão, como se disse, um tanto estreita do princípio da imanência. Hoje, alguns semioticistas franceses começam a enunciar essa problemática, cheios de dedos com

a questão do princípio da imanência. Com uma compreensão mais alargada do princípio de imanência, Diana Luz Pessoa de Barros deu uma contribuição importante para o estudo das relações do sujeito com o contexto sócio-histórico.

| As projeções da enunciação no enunciado e as relações entre enunciador e enunciatário

Em 1996, Jose Luiz Fiorin publica o livro *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo* (1996). Nele, mostra que o discurso é o lugar da instabilidade das estruturas, é onde se criam efeitos de sentido com a infringência ordenada às leis do sistema e que compreender os mecanismos de temporalização, de espacialização e de actorialização é fundamental para entender o processo de discursivização.

Essa instabilidade não é aleatória, mas resultante de certos fenômenos. Seu estudo exige que se estabeleçam suas condições de realização e as matrizes semânticas dos efeitos de sentido que, num processo de concretização crescente, vão manifestar-se em cada texto.

As gramáticas apresentam como fenômenos aleatórios e sem qualquer conexão entre si o uso de uma pessoa por outra (o plural majestático, por exemplo), de um tempo por outro (tal como o presente histórico) ou o de uma localização espacial por outra (*verbi gratia*, o uso de *este* em lugar de *esse*, por exemplo). No entanto, se essas três categorias são o que Benveniste chamava categorias da enunciação, então deveria haver uma explicação única para esses fatos. O conceito de *embreagem*, de Greimas, parecia ser a solução para dar essa explicação e para mostrar as condições em que essa instabilidade ocorre. No entanto, o estudo dos procedimentos de embreagem não fora feito. Dizem Greimas e Courtés que apenas esboçaram alguns eixos desse mecanismo discursivo (1979, p. 121). Parret considera que uma tarefa urgente da semiótica e da narratologia é deduzir todas as possibilidades tipológicas de *debreagens* e de *embreagens*, para, assim, esclarecer o funcionamento dos três procedimentos básicos de enunciação, a temporalização, a espacialização e a actorialização (1988, p. 167). É isso que Fiorin propõe fazer nesse trabalho. No entanto, havia uma condição prévia para isso, que ele teve de executar. Não havia, em seu entender, uma descrição satisfatória dos sistemas temporal e espacial em português. A do espacial não existia, porque sempre foi ele relegado a algumas poucas páginas, quando não a algumas linhas, nas gramáticas. A do temporal não era adequada, porque partia das formas existentes para explicar o sistema temporal, quando, na verdade, as formas existem para manifestar um sistema categorial, que é, antes de mais nada, de ordem semântica. Há tópicos sobre o tempo que, embora de capital importância no português, são pura e simplesmente ignorados pela quase totalidade de nossos gramáticos. Pense-se, por exemplo, na concordância dos tempos.

A posição de Benveniste (1974, p. 79-88; 1976, p. 284-293) de que a enunciação é a instância do *ego-hic-nunc* e é o mecanismo com que se opera a passagem da língua ao discurso levou-o a demonstrar que as categorias da enunciação pertencem não à

língua, mas à linguagem, o que significa que todas as línguas devem, de uma forma ou outra, manifestar temporalidade, espacialidade e actorialidade. O que pode diferir de uma língua para outra é a forma de organizar cada uma dessas categorias. Pensamos que se pode ir um pouco além, formulando o que nos parece ser um corolário dessa tese: todas as categorias enunciativas são regidas pelos mesmos princípios.

Por outro lado, ao admitir que o discurso, sendo da ordem do acontecimento, é o lugar privilegiado da instabilidade linguística e ao realizar um estudo que se pretende minucioso dessas instabilidades, Fiorin está querendo demonstrar que elas não se realizam aleatoriamente, mas obedecem a certas coerções, que são a garantia mesma da existência do sentido. Não se busquem, no entanto, razões de ordem sistêmica ou frasal que as expliquem, porque elas são do domínio do discurso.

Enfim, duas são as “teses” que norteiam seu trabalho:

- a) as categorias de pessoa, tempo e espaço são regidas pelos mesmos princípios;
- b) seu funcionamento no discurso é instável, mas essa instabilidade obedece a determinadas coerções.

Seu trabalho está dividido em quatro capítulos: um sobre a enunciação em geral, um sobre a pessoa, um sobre o tempo e um sobre o espaço. No primeiro, mostra-se que levar em conta a enunciação significa criar um novo objeto para a linguística ou, ao menos, alargá-lo; estuda-se o mecanismo da enunciação e, principalmente, sua função na discursivização e a maneira como aí opera. Os três outros organizam-se da mesma maneira: depois de uma introdução, descreve-se o sistema que preside ao funcionamento da categoria que está sendo estudada e, em seguida, analisa-se como essa categoria se manifesta no discurso, seja quando o faz de maneira estável, seja quando se realiza de modo instável.

Seu trabalho tem um duplo objetivo: de um lado, descrever as categorias de tempo, pessoa e espaço em português; de outro, descrever como essas categorias são manifestadas no discurso e quais os efeitos de sentido que nele engendram. Suas conclusões são as seguintes:

- 1) as categorias de pessoa, espaço e tempo regem-se pelos mesmos princípios, porque:
 - a) os actantes, os tempos e os espaços linguísticos *stricto sensu* não refletem as pessoas reais, nem o tempo físico, nem o espaço geométrico, mas são criados na e pela enunciação;
 - b) cada uma dessas categorias apresenta um sistema enunciativo e um enuncivo: o primeiro contém os actantes, os tempos e os espaços relacionados diretamente

aos actantes, ao momento e ao lugar da enunciação; o segundo, os actantes do enunciado, os espaços não relacionados ao *aqui* e os tempos ligados a um marco temporal instalado no enunciado;

c) as pessoas, os tempos e os espaços do sistema enuncivo são determinados indiretamente pela instância da enunciação, já que o *ele*, o *então* e o *algures* ganham sentido pela relação com o *ego-hic-nunc* da enunciação;

d) como o discurso se compõe de uma enunciação enunciada e de um enunciado enunciado, as pessoas, os espaços e os tempos são nele desdobrados, pois há uma actorialização, uma temporalização e uma espacialização tanto numa quanto noutro;

e) as categorias da enunciação podem projetar-se no enunciado (debreagem enunciativa da enunciação) ou estar ausentes dele (debreagem enunciva da enunciação);

f) os eventos podem ocorrer com actantes do enunciado, num tempo e num espaço enuncivos (debreagem enunciva do enunciado) ou simulam dar-se com actantes idênticos aos da enunciação, num tempo e num espaço também idênticos aos da enunciação (debreagem enunciativa do enunciado);

g) a debreagem do enunciado não tem o mesmo estatuto que a debreagem da enunciação, pois é subordinada a esta;

h) no texto, por um processo de delegação de vozes, podem-se criar diferentes instâncias da enunciação (cf. discurso direto); cada uma delas apresenta um *ego-hic-nunc*;

i) na passagem do discurso direto para o indireto muda-se de uma situação de enunciação dupla para uma simples: por conseguinte, as pessoas, os espaços e os tempos de segundo grau que não coincidirem com os correspondentes de primeiro grau se transformam em seus equivalentes;

j) as três categorias estão sujeitas a instabilidades no discurso.

2. As instabilidades das categorias de pessoa, de espaço e de tempo no discurso obedecem a certas coerções e engendram, no nível profundo, os mesmos efeitos de sentido:

a) neutralizam-se as oposições espaciais, temporais ou actanciais, quando pertencem ao mesmo sistema (enunciativo ou enuncivo) ou quando, mesmo sendo de sistemas diferentes, expressam o mesmo termo categorial;

b) a instância da enunciação denega o enunciado, seja alterando a perspectiva enunciativa enunciada, seja convertendo o enuncivo em enunciativo ou vice-versa;

c) essas embreagens geram os efeitos de sentido de *aproximação* ou *distanciamento*, que se concretizam como *subjetividade* e *objetividade* na categoria de pessoa; como *presentificação* e *absenteização* na de espaço; como *conjunção* e *deslocação*, *realidade* e *virtualidade*, *inacabado* e *não começado* na de tempo;

d) a *aproximação* e suas concretizações estão relacionadas ao enunciativo e o *distanciamento* e suas manifestações mais superficiais, ao enuncivo.

Na enunciação enunciada, como, por definição, o narrador é sempre um *eu*, a pessoa a quem ele se dirige é um *tu*, o espaço é um *aqui* e o tempo é um *agora*, as categorias são sempre concordes, ou seja, se a embreagem for enunciativa, aparecerão necessariamente um *eu*, um *aqui* e um *agora*, não podendo, em hipótese alguma, aparecer debreados, por exemplo, um *eu*, um *algures* e um *então*. Se, por outro lado, a debreagem for enunciva, não aparecem nem *eu*, nem *aqui*, nem *agora*. A coisa, no entanto, complica-se, quando se pensa nos actantes, nos tempos e nos espaços do enunciado, pois, como podem participar dos eventos, tanto actantes da enunciação quanto do enunciado, em tempos e espaços enunciativos e enuncivos, podemos combinar, no nível do enunciado enunciado, categorias enunciativas com enuncivas: por exemplo, um *eu* com um *então* e um *aqui*, um *ele* com um *agora* e um *aqui* e assim sucessivamente. Essas combinações geram diferentes efeitos de sentido e podem talvez até fundar uma tipologia de discursos. Quem sabe a lírica não se caracterize por uma combinatória particular, o diário por outra, e assim por diante.

O trabalho publicado por Fiorin em *As astúcias da enunciação* é o desenvolvimento completo do sistema de projeções da enunciação no enunciado. Ele escreve, ao longo dos anos, diferentes artigos e capítulos de livro sobre o tema, sendo os mais importantes: *O éthos do enunciator* (2004); *Uma concepção discursiva de estilo* (2004); *O páthos do enunciatário* (2004); *As relações entre enunciator e enunciatário* (2016).

Em seu texto sobre as relações entre enunciator e enunciatário (2016), Jose Luiz Fiorin vai desenvolver a gramática sócio-semiótica, mostrando os elementos que a compõem: a argumentação, o contrato veridictório, as formas de tratamento, as estratégias de polidez e as paráfrases, definições e exemplos.

| O ator da enunciação

A tradição de estudos estilísticos em língua portuguesa centra-se numa estilística da língua, que busca examinar os recursos expressivos do idioma, passa por estudos de estilística literária, seja da estilística idealista, seja da estilística estrutural, e chega aos enfoques discursivos atuais. Nesse momento, o que se faz é uma tentativa de definir o estilo e operar uma análise estilística a partir de teorias do texto e do discurso,

principalmente a semiótica francesa. O estilo são as recorrências no plano da expressão ou no plano do conteúdo que criam um efeito de sentido de individualidade. Nessa concepção, é preciso levar em conta, principalmente, os seguintes aspectos: a) o estilo é recorrência; b) é um fato diferencial; c) produz um efeito de sentido de individualidade; d) configura um *éthos* do enunciador, ou seja, uma imagem dele; e) é heterogêneo, seja no modo real de sua constituição (heterogeneidade constitutiva), seja na superfície textual (heterogeneidade marcada).

Com base nesses princípios, Norma Discini de Campos desenvolve, em *O estilo nos textos* (2003), resultante de sua tese de doutorado, defendida em 2001 e orientada por Jose Luiz Fiorin, entre outras, duas ideias centrais: a) como se estabelecem as totalidades que configuram, no interior do universo discursivo, um estilo; b) como o estilo cria um *éthos* do enunciador.

Como Discini desenvolve a ideia da criação do *éthos*? Aristóteles, na *Retórica*, trata de três grandes questões: o *lógos*, o *páthos* e o *éthos*. A primeira concerne à argumentação, a segunda, ao auditório e a terceira, ao orador. Dir-se-ia, hoje, que a primeira diz respeito ao discurso, a segunda, ao enunciatário e a terceira, ao enunciador. Ao explicar o *éthos*, o Estagirita diz que o orador, ao falar, revela um caráter, um *éthos*, que é a mais importante das provas. Ele, no entanto, não se constrói naquilo que o orador diz de si mesmo, mas na maneira de dizer (I, 2, 1356a). Em termos atuais, diríamos que ele não se constrói no dito, mas no dizer; não se erige no enunciado, mas na enunciação. Como, porém, a enunciação não é da ordem do inefável, mas pode ser apreendida por marcas que estão no enunciado, é preciso mostrar o que são as marcas da enunciação no enunciado.

Aristóteles aponta a existência de três *éthe* principais: a *phrónesis*, a *areté* e a *eúnoia*. O primeiro é racional; o segundo é sincero, virtuoso (no sentido, etimológico, ou seja, a marca do *uir*); o terceiro é benevolente. Por isso, o orador que se utiliza da *phrónesis* se apresenta como sensato, ponderado e constrói suas provas muito mais com os recursos do *logos* do que com os dos *páthos* ou do *éthos* (em outras palavras, com os recursos discursivos); o que se vale da *areté* se apresenta como desbocado, franco, temerário e constrói suas provas muito mais com os recursos do *éthos*; o que usa a *eúnoia* apresenta-se como alguém solidário com seu enunciatário, como um igual, cheio de benevolência e de benquerença e erige suas provas muito mais com base no *páthos* (II, 1, 1378a).

Dominique Maingueneau vai desenvolver essa concepção do *éthos*, mostrando que ele comporta um caráter (conjunto de traços "psicológicos"), um corpo (conjunto de características físicas) e uma voz (1999, p. 75-100). Discini mostra como as marcas da enunciação no enunciado das totalidades configuradoras de um estilo criam caracteres, corpos e vozes. Assim, mostra que o *éthos* e o *páthos* da retórica configuram não os actantes, mas os atores da enunciação.

| Conclusão

Em 1973, Greimas, em seu curso, deixa um texto sobre a enunciação. Na esteira desse legado greimasiano, nos últimos cinquenta anos, a semiótica brasileira deu uma contribuição teórica significativa aos estudos enunciativos. Mostrou como a enunciação conecta, respeitando o princípio da imanência, o que se chamava análise interna e análise externa. Desenvolveu o sistema das projeções da enunciação no enunciado e a gramática sócio-semiótica que preside às relações entre enunciador e enunciatário. Expôs como se constroem os atores da enunciação, que dão um efeito de individualidade aos textos.

| Referências

ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Paris: Librairie Générale Française, 1991.

BARROS, D. L. P. de. *A festa do discurso: teoria do discurso e análise de redações de vestibulandos*. 1985. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2 tomos, 1985.

BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1974, vol. II.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976.

DISCINI, N. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura*. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996 (uma nova edição foi publicada pela Editora Contexto em 2016).

FIORIN, J. L. A festa do discurso: discurso e contexto sócio-histórico. *Revista Entrepalavras*, Fortaleza, v. 10, p. 12-26, 2020.

FIORIN, J. L. O éthos do enunciador. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2004a. p. 117-138.

FIORIN, J. L. Uma concepção discursiva de estilo. In: CAÑIZAL, E. P.; CAETANO, K. E. (org.). *O olhar à deriva: mídia, significação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2004b. p. 169-193.

FIORIN, J. L. O páthos do enunciatário. *Alfa. Revista de linguística*, Araraquara: Unesp, v. 48, p. 69-78, 2004c.

FIORIN, J. L. As relações entre enunciador e enunciatário *In: TOLDO, C.; STURM, L. Enunciação e produção de sentidos: o texto em questão. Uma homenagem ao Professor José Gaston Hilgert. Campinas: Pontes, 2016. p. 51-68.*

GREIMAS, A. J. L'énonciation (une posture épistémologique). *Significação. Revista Brasileira de Semiótica*, Ribeirão Preto: Centro de Estudos Semióticos, v. 1, n. 1, p. 9-25, 1974.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979

GREIMAS, A. J. *Du sens II. Essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

MAINGUENEAU, D. Ethos, scénographie, incorporation. *In: AMOSSY, R. Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*, Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé, 1999. p. 75-100.

PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

Como citar este trabalho:

FIORIN, Jose Luiz. 50 anos de estudos sobre a enunciação na semiótica brasileira. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 10-24, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v16i2.18051>.